



181
A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0322309-8 (0011872-62.2012.8.17.0480)

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando Manuel Amaro da Silva)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. SORAFENIBE. PORTADOR DE CIRROSE HEPÁTICA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. O acórdão embargado orientou-se no sentido de determinar que Estado de Pernambuco custeasse o fornecimento do medicamento SORAFENIBE 200mg, para o recorrido, o qual é portador de cirrose hepática.. A decisão guerreada está balizada em posicionamento pacífico deste Egrégio Tribunal.
2. A questão em tela foi devidamente enfrentada e os fundamentos utilizados na decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.
3. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para rediscussão de matéria.
4. O julgador não está adstrito a analisar todos os argumentos levantados pelo embargante, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão. Precedentes do STJ.
5. Não se viabiliza por meio de Embargos de Declaração, o prequestionamento explícito de dispositivos constitucionais para a abertura da via extraordinária, sob o risco de incorrer em usurpação de competência.
6. Embargos de Declaração rejeitados.
7. Decisão Unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0322309-8 (0011872-62.2012.8.17.0480) acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



183
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0322309-8 (0011872-62.2012.8.17.0480)

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando Manuel Amaro da Silva)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo, mantendo a decisão da Vara Privativa da Fazenda Pública de Caruaru que obrigou o Estado de Pernambuco a custear o fornecimento do medicamento SORAFENIBE 200mg, para o recorrido, o qual é portador de cirrose hepática.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, pois, deixou de se pronunciar expressa e explicitamente sobre a aplicação dos art. 2º, art. 5º, art. 37, caput e XXI, e art. 196, todos da Constituição Federal e que teria ocorrido violação dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade e da moralidade. Além disso, aduz que os presentes embargos tem o fito de provocar o prequestionamento explícito das questões constitucionais supracitadas.

Pugna, ao final, pelo acolhimento deste Recurso, para sanar a omissão existente no julgado recorrido.

É o relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

184
11

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0322309-8 (0011872-62.2012.8.17.0480)

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando Manuel Amaro da Silva)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Compulsando os autos, vê-se que a questão deduzida no presente Recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois os embargantes pretendem apenas a rediscussão da matéria. Explico.

Não há nenhum dos vícios que ensejem a interposição de Embargos. Tais argumentações foram averiguadas no julgamento ora questionado. O posicionamento da decisão embargada está balizado por jurisprudência pacífica.

Segundo informações, o recorrido é portador da patologia conhecida como cirrose hepática. Em razão disso, o médico Josenildo Lima (CRM 10130) indicou que o recorrido necessita do fármaco SORAFENIBE 200mg, na posologia indicada no receituário médico acostado (fls. 15/17), por ser este o mais indicado para o seu atual estado de saúde, o que evidencia, satisfatoriamente, a necessidade do uso do fármaco. Vale salientar que cabe ao médico identificar a doença e encontrar o melhor meio para um tratamento eficaz, não importando se há outros tratamentos, pois estes podem não ter a mesma eficácia do indicado pelo profissional de saúde.

Acrescente-se que é inafastável a responsabilidade do ente público, no sentido de prestar a assistência médica necessária aos cidadãos, sobretudo em virtude do comando constitucional. É o que se depreende do texto constitucional inserto no art. 196:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Além disso, este Tribunal tem entendimento consolidado no sentido de que é dever do Estado fornecer medicamento ou custear tratamento para a população, conforme se depreende da leitura da Súmula nº 18:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial."

Assim, vê-se que todas as alegações presentes neste embargo foram cuidadosamente examinadas no Recurso embargado. Em verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

Desse modo, tem-se que o aresto embargado já enfrentou o tema trazido pela parte, com a devida fundamentação jurídica e manifestação acerca dos dispositivos incidentes na espécie, não havendo nele qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Importa trazer à colação o julgado do STJ nesse sentido:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO PREVISTO NO ART. 535 DO CPC. 1. Pedido da parte embargante que se restringe à rediscussão do mérito, via para a qual os embargos de declaração não se prestam, pois que recurso de integração e não de substituição. 2. Mesmo que se considere que o objetivo da parte embargante seja o de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe, necessariamente, haver a existência de vício descrito no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos. 3. Embargos de declaração rejeitados. (grifei)
(STJ - EDcl no AgRg no AREsp 82192 / RJ. DJe 07/08/2012. Ministra Maria Isabel Gallotti. Decisão unânime).*

No que tange ao pedido de prequestionamento a respeito da violação ao disposto nos art. 2º, art. 5º, art. 37, caput e XXI, e art. 196, todos da Constituição Federal, cabe esclarecer que, ante a inocorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.

Nessa linha é o entendimento jurisprudencial acerca da matéria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER PROTETÓRIO DO RECURSO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição no julgado, não prosperam os embargos de declaração, que não se prestam para provocar o reexame de matéria já decidida. 2. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de



186
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

competência do STF, tampouco para prequestionar dispositivos ou princípios constitucionais, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Carta Magna.3. Embargos declaratórios rejeitados. Aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa.

(ST - EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1331587/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 19/08/2013)

Ademais, cumpre esclarecer que o julgador não está adstrito a julgar a lide analisando todas as alegações das partes. Nesse sentido, colhe-se recente decisão do STJ e deste Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 1º DA LEI N. 1.533/51. EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NECESSIDADE de reexame de prova. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. (...) 3. Inexistente a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida. 4. Destarte, o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu.5. Ressalte-se, ainda, que cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto.(...)Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, mas improvido.

(STJ - EDcl no AREsp 263.124/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 25/02/2013).

A decisão embargada enfrentou todas as questões suscitadas, analisando detidamente todos os fundamentos pertinentes, apenas não atendendo a tese defendida pelo embargante.

Sendo assim, estando satisfatoriamente fundamentado o posicionamento adotado pelo julgador ao decidir a matéria, e, portanto, ausente a necessidade de esclarecimentos no julgado recorrido, não prosperam as razões da parte embargante.

Dessa forma, voto no sentido de rejeitar os Embargos Declaratórios.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

18x
M

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator